

ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos deverão ser numerados e organizados, observada a sequência, em Pasta do Tipo AZ.

➤ Tabelionato de Notas: Ata Notarial

1 - requerimento, assinado pelos promitentes compradores, cessionários ou seus sucessores e advogado, contendo as qualificações completas, inclusive endereço eletrônico, com a indicação da matrícula do imóvel, as suas características e confrontações e confrontações.

2 - Documentos pessoais dos requerentes e advogados:

(2.1) cópias autenticadas dos RG, CPF, certidão de casamento, se casado, separado judicialmente, divorciado.

(2.2) Certidão de óbito, se viúvo

(2.3) comprovante de residência

(2.4) cópia autenticada da OAB dos advogados

(2.5) Se pessoa jurídica:

(i) - comprovante de regularidade de inscrição no CNPJ

(ii) - cópias autenticadas do contrato social, última alteração e alteração que conste modificação de Diretoria e ou consolidação do contrato social.

Se Estatuto Social, cópia autenticada e ata de eleição de Diretoria.

(iii) - Certidão simplificada da Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

(iv) - RG, CPF e comprovante de residência dos sócios administradores e ou daqueles que estejam representando a sociedade no momento da lavratura da ata notarial.

3 - Documentos pessoais dos requeridos (proprietários do imóvel)

(i) RG, CPF, certidão de casamento se casado, separado e divorciado

(ii) Certidão de óbito, se viúvo

(iii) Comprovantes de residência

4 - Documentos relativos ao imóvel:

(i) - Certidão atualizada da matrícula certificando a inexistência de ônus reais.

(ii) - Inscrição municipal do imóvel, se imóvel urbano.

(iii) - Se imóvel rural, apresentar:

- CCIR

- ITR

- CAR

- Certidão do Ibama

5 - Requisitos:

(i) - Instrumento de promessa de compra e venda ou de cessão, quando for o caso, que **não** se pactuou arrependimento.

(ii) - Prova do pagamento do respectivo preço.

(iii)- Caracterização do inadimplemento da obrigação de outorgar ou receber o título de propriedade.

(iv) - Valor do imóvel atual de mercado.

(v) - Certidões dos distribuidores forenses da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente que demonstrem a inexistência de litígio envolvendo o contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto da adjudicação.

(vi) - Comprovante de pagamento do respectivo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

(vii) - Procuração com poderes específicos, com firma reconhecida, para atuar extrajudicialmente em cartório de Notas e Registro de Imóveis, com menção de sua finalidade principal que é requerimento da Adjudicação compulsória.

6 - Testemunhas, se for o caso cópias autenticadas da C.I, CPF, comprovantes de residências.

OBSERVAÇÃO:

No requerimento deverá constar e ser demonstrada a impossibilidade da lavratura da escritura de compra e venda.